

AO EXPEDIENTE  
Câmara Municipal de Cabedelo/PB  
Em 21/05/2015



ESTADO DA PARAÍBA

CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELÓ

CONSTOU NO EXPEDIENTE

Câmara Municipal de Cabedelo/PB

Em 21/05/2015

Secretário

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 019 /2015.  
Autor: Vereador Fernando Sobrinho

AVULSOS

DISTRIBUÍDO

Câmara Municipal de Cabedelo/PB

Em 21/05/2015

Secretário

**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA  
MUNICIPAL DE SEGURANÇA  
ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO  
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELÓ  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELÓ DECRETA RESOLVE QUE:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta lei estabelece definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SIMSAN, por meio do qual o Poder Público, com a participação da Sociedade Civil organizada, formulará e implementará a Política Municipal de Segurança alimentar e Nutricional de Cabedelo com o propósito primordial de garantir o exercício do direito humano à alimentação adequada.

**Art. 2º** O direito humano à alimentação adequada é direito absoluto, intransmissível, indivisível, irrenunciável, imprescritível e de natureza extrapatrimonial e realiza-se quando todos tem acesso regular e permanente, de forma sustentável, a alimentos seguros e culturalmente aceitáveis em quantidade e qualidade suficiente para a sua nutrição, sem comprometer outras necessidades vitais básicas.

**Parágrafo Único.** É dever do Poder Público, em todos os níveis, da família e da sociedade em geral respeitar, proteger, promover e garantir a realização do direito humano à alimentação adequada.

RECEBIDO

Secretaria Legislativa

Câmara Municipal de Cabedelo/PB

Às 10:00 hs. Em 21/05/2015

Im Farias

VISTO



ESTADO DA PARAÍBA

## CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO

**Art. 3º** As obrigações previstas nesta lei não excluem outras decorrentes de normas e princípios previstos no ordenamento jurídico nacional e internacional.

### **CAPÍTULO II** **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

**Art. 4º** A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, componente do desenvolvimento integrado e sustentável tem por objetivo promover ações e políticas destinadas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

§ 1º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional far-se-á mediante planejamento integrado e intersetorial de ações governamentais e da sociedade civil.

§ 2º O planejamento das ações de política municipal de segurança alimentar e nutricional será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 3º A participação do setor privado será incentivada nos termos da lei.

**Art. 5º** A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será regida pelas seguintes diretrizes:

- I** – a promoção e a incorporação da dimensão do Direito Humano à alimentação adequada nas políticas públicas;
- II** – a promoção do acesso à alimentação de qualidade e de modos de vida saudável em todos os ciclos da vida;
- III** – a promoção da educação alimentar e nutricional;
- IV** – o atendimento suplementar e emergencial a indivíduos ou grupos populacionais em situação de vulnerabilidade;
- V** – o fortalecimento da vigilância sanitária dos alimentos;
- VI** – o apoio à geração de emprego e renda;
- VII** – a preservação e recuperação do meio ambiente e dos recursos hídricos;
- VIII** – o respeito às comunidades tradicionais e aos hábitos alimentares locais;
- IX** – a participação permanente dos diversos segmentos da sociedade civil;
- X** – a municipalização das ações;
- XI** – a promoção de políticas integradas para combater a concentração regional de renda e a conseqüente exclusão social; e
- XII** – o apoio à reforma agrária e ao fortalecimento da agricultura familiar agro ecológica.

**Art. 6º** O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPGAV, deve:





ESTADO DA PARAÍBA

## CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO

---

- I** – Identificar estratégias, ações e metas a serem implementados segundo cronograma definido;
- II** – indicar fontes orçamentárias e recursos administrativos a serem alocados para concretização do direito humano à alimentação adequada.
- III** – criar condições efetivas de infraestrutura e recursos humanos que permitam a exigibilidade administrativa do direito humano à alimentação adequada; e
- IV** – definir e estabelecer formas de monitoramento mediante a identificação e acompanhamento de indicadores de vigilância alimentar e nutricional, entre outros.

### CAPÍTULO II

#### DO SISTEMA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SIMSAN

**Art. 7º** A consecução do Direito Humano a Alimentação Adequada da Segurança Alimentar e Nutricional da população far-se-á por meio do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SIMSAN integrado por um conjunto de órgãos e instituições públicas estaduais, municipais, da administração direta e indireta, notadamente pelas Conferências, COMSEA, Secretaria Municipal de Ação e Inclusão Social e Câmara Municipal Intersecretarias Alimentar e Nutricional, e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional, que manifestem interesse em integrar o Sistema.

§ 1º O conjunto de instituições públicas e privadas que integram o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SIMSAN terá caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.

§ 2º As instituições privadas de que trata este artigo deverão respeitar os princípios e diretrizes do Sistema de Segurança Alimentar – SIMSAN e sua adesão será definida a partir de critérios estabelecidos conjuntamente e em regulamento próprio pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA/CAB.

**Art. 8º** O SIMSAN será regido pelos seguintes princípios:

- I** – universalidade e equidade no acesso a uma alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;
- II** – preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;
- III** – participação e controle social em ações, planos e políticas de segurança alimentar e nutricional do município, por meio de arenas de participação da sociedade civil, como conselhos, comitês, câmaras setoriais e territoriais.

**Art. 9º** São objetivos do SIMSAN:



ESTADO DA PARAÍBA

**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO**

---

- I** – formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional;
- II** – estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil; e
- III** – promover o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no município.

**CAPÍTULO II**  
**DA PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E**  
**NUTRICIONAL**

**Art. 10º** Da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deve acontecer em período não superior a 02 (dois) anos, mediante convocação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, através de ato normativo do Governo Municipal.

**Art. 11º** Participarão da Conferência, como delegados natos, os conselheiros do CONSEA/CAB, cabendo às Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional indicarem os demais delegados que serão eleitos em Pré Conferências Regionais.

**Parágrafo Único** - A Conferência tem como objetivo apresentar proposições de diretrizes e prioridades para os Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional dos municípios integrantes da regional, bem como proceder a sua revisão.

**SEÇÃO II**  
**Do COMSEA/Cabedelo**

**Art. 12º** O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA/CAB, órgão permanente, colegiado e vinculado a Secretaria Municipal de Ação e Inclusão Social, tem como objetivo ser consultivo, proponente e monitor das ações e políticas de que trata esta lei.

**Art. 13º** Compete ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA/CAB:

**I** – propor ao Poder Executivo Municipal, considerando as deliberações da Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;

**II** – aprovar Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;





ESTADO DA PARAÍBA

### CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO

---

**III** – propor, acompanhar e avaliar os projetos e ações prioritárias da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional a serem incluídos no Plano Plurianual (PPA) do Governo Municipal;

**IV** – propor a realização de estudos, pesquisas e debates relacionados à questão da segurança alimentar e nutricional;

**V** – propor as formas de articulação e mobilização da sociedade civil organizada, no âmbito da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

**VI** – definir ações prioritárias no âmbito da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

**VII** – estabelecer critérios para execução de ações emergenciais de combate à fome;

**VIII** – criar Comissões Temáticas Permanentes, cuja função será a de preparar propostas a serem apreciadas pelo Conselho e instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas;

**IX** – elaborar e aprovar seu regimento interno, bem como revogá-lo ou alterá-lo, ajustando-o às necessidades de atualização da política de segurança alimentar; e

**X** – criar o Fundo Municipal de Combate à Fome e executar ações com recursos do mesmo.

**Art. 14º** O COMSEA será composto a partir dos seguintes critérios:

**I** – 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelas Secretarias Municipais, de Estado e Coordenadorias Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional;

**II** – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade escolhido a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional; e

**III** – observadores, incluindo-se representantes de órgãos e conselhos de âmbito federal, estadual e municipal, afins.

§ 1º O COMSEA será presidido por um de seus integrantes, representante da sociedade civil, indicado pelo plenário do colegiado, na forma do regulamento, e designado pelo Prefeito Municipal.

§ 2º A atuação dos conselheiros, efetivos e suplentes no COMSEA, será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerada.



ESTADO DA PARAÍBA

**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO**

---

§ 3º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Regional e pelas Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional - CRSAN, de acordo com o Regimento Interno.

§ 4º O mandato dos Conselheiros indicados será de 02 (dois) anos, permitida até uma recondução.

**Art. 15** O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA/CAB terá funcionamento regulamentado por esta lei, possuindo a seguinte estrutura, cujas atribuições serão definidas em seu Regimento Interno:

**I** – Plenária;

**II** – Mesa Diretora;

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) Secretário Geral.

**III** – Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional - CRSAN;

**IV** – Secretaria Executiva; e

**V** – Comissões Temáticas.

§ 1º As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês ou, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou por requerimento de 1/3 (um terço) dos seus membros.

§ 2º O COMSEA/CAB contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

**Art. 16º** O suporte técnico administrativo, bem como despesas necessárias à instalação e manutenção do COMSEA/CAB, correrão à conta do Tesouro Municipal, através da Secretaria Municipal de Ação e Inclusão Social, sem prejuízo da colaboração de outros órgãos e entidades públicas ou privadas.

**Art. 17º** Os órgãos e entidades da administração pública municipal prestarão assessoramento necessário à execução dos objetivos do COMSEA/CAB.

**Art. 18** As Comissões Regionais de Segurança Alimentar Nutricional - CRSAN, são órgãos colegiados vinculados ao COMSEA/CAB.





ESTADO DA PARAÍBA

### **CÂMARA MUNICIPAL DE CABELO**

§ 1º As CRSAN serão regidos por regimento interno próprio e definirão seus objetivos, composição e atividades, em consonância com o regimento interno do COMSEA/CAB.

§ 2º As CRSAN terão como base geográfica os territórios definidos pela Secretaria de Planejamento.

§ 3º As atas das reuniões das CRSAN serão registradas na Secretaria do COMSEA/CAB.

### **SEÇÃO III**

#### **Da Secretaria Municipal de Ação e Inclusão Social**

**Art. 19** À Secretaria Municipal de Ação e Inclusão Social, vinculada ao gabinete do Prefeito de Cabedelo, compete:

**I** – formular e coordenar a implementação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de garantir o direito humano à alimentação no território estadual, considerando as diretrizes definidas em Conferência;

**II** – articular a participação da sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando as diretrizes definidas em Conferência;

**III** – promover a articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estadual e municipais e as ações da sociedade civil para estímulo à produção alimentar, alimentação saudável e melhoria do estado nutricional;

**IV** – estabelecer diretrizes, supervisionar e acompanhar a implementação de programas no âmbito da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Parágrafo Único** – Integra a estrutura básica da Secretaria Municipal de Ação e Inclusão Social, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

### **SEÇÃO IV**

#### **Da Câmara Municipal Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Art. 20** A Câmara Municipal Inter secretarias de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por secretários municipais de Estado que compõem o COMSEA/CAB e responsável pelas pastas afetas à consecução da Segurança Alimentar e Nutricional, tem as seguintes atribuições, dentre outras:



ESTADO DA PARAÍBA

## CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO

---

**I** – elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMSEA/CAB, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

**II** – coordenar a execução da Política e do Plano; e

**III** – articular as políticas e planos de suas congêneres municipais.

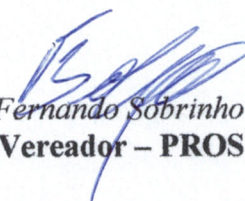
### **CAPÍTULO V** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 21** Ficam mantidas as atuais designações dos membros do COMSEA/CAB, com seus respectivos mandatos.

**Art. 22** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 23** Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário da Casa de Luiz de Góiz – Cabedelo, em 20 de maio de 2015.

  
Fernando Sobrinho  
Vereador – PROS





ESTADO DA PARAÍBA

## CÂMARA MUNICIPAL DE CABELO

---

### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei cria a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional orienta as condições de implementação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e instalação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no âmbito do município de Cabedelo.

Entre objetivos primordiais da matéria em questão, está vinculação do município de Cabedelo à política nacional que orienta esta temática, com isso será possível propor políticas através de programas e ações voltados à alimentação e nutrição, especialmente da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas alimentares.

Mas, os nobres colegas podem me questionar, acerca da importância da segurança alimentar e nutricional? E eu lhes direi:

*“Todas as pessoas tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente.”*

A isso é dado o nome de Segurança Alimentar e Nutricional. Uma política que deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Esse, nobre pares, é um direito do homem, o direito de se alimentar devidamente, respeitando as particularidades e características culturais de cada região.

Nossa meta com este projeto é promover o que é conhecido como “Cidadania Alimentar”, que nada mais é do que o conjunto de ações que visam o apoderamento das pessoas e dos grupos para o desenvolvimento e a apropriação de conhecimentos necessários para que possam ter condições fazer suas escolhas, que estas sejam qualificadas tanto em âmbito individual quanto coletivo.

É também a garantia legal, reconhecida e legitimada na constituição de todos os fatores necessários para o exercício deste direito, tais como: o que querem comer? Como, onde e quando comer? Querem ter certeza de que suas escolhas são feitas de forma



ESTADO DA PARAÍBA

**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO**

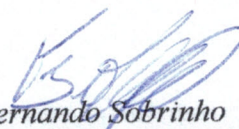
---

consciente, e seguros de que estarão garantidas as condições de acesso aos alimentos das futuras gerações.

Não custa dizer que, normatizada a matéria em tela, nosso município passará a ter arcabouço legal para pleitear projetos em âmbito através dos recursos da União alusivos a segurança alimentar e nutricional tais como: **restaurantes populares e bancos de alimentos, albergues sociais**. Adiante pode instituir o Fundo Municipal de Combate a Pobreza com foco na manutenção das ações locais. Iniciativas que não podem ficar distante da realidade do povo sofrido de Cabedelo.

Desta forma, objetivando viabilizar a propositura de políticas voltadas à alimentação e nutrição, se justifica a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

Pelo exposto, pedimos vossa colaboração para discussão e aprovação do presente projeto.

  
Fernando Sobrinho  
Vereador – PROS